

**A Casa da Morte de Petrópolis:
A importância da (re)construção de uma memória além da
“Cidade Imperial” para a consolidação democrática**

**The House of Death Petropolis:
The importance of (re)construction of a memory beyond the “Imperial
City” for democratic consolidation**

Diego Grossi¹

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) e professor de História na rede pública de Magé.

Roberto Schiffler Neto

Estudante de História pela Universidade Norte do Paraná e de Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo.

Resumo: A Casa da Morte de Petrópolis foi um dos centros clandestinos da ditadura militar brasileira. A descoberta desse “aparelho” foi possibilitada em função dos relatos de Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente dentre as pessoas vitimadas na casa. Com os trabalhos inaugurados pela Comissão Nacional da Verdade, outras informações começaram a aparecer, oriundas principalmente de testemunhos de ex-militares envolvidos com o regime ditatorial, o que colocou o assunto em pauta na sociedade. O período republicano da cidade palco dessa história (inclusive a época da ditadura) é ainda ignorado pela historiografia “oficial” local, prevalecendo a supervalorização dos tempos do Império, pelos quais o município é conhecido internacionalmente como “Cidade Imperial”. Resgatar a história da Casa da Morte é compreender parte do passado velado de uma cidade e consolidar na memória local e nacional os acontecimentos ali ocorridos, tendo em vista a não repetição de práticas típicas do

¹ Os autores agradecem pelos comentários sobre o presente artigo a: Igor Moura, Jorge Chaves e Lázaro Cassar.

regime militar, que institucionalizou a violação dos direitos humanos ao longo de duas décadas.

Palavras-chave: Casa da Morte; ditadura militar; história e memória.

Abstract: The House of Death in Petrópolis was one of the clandestine centers of Brazilian Military Dictatorship. The discovery of this center was made possible due to the statement of Inês Etienne Romeu, the only survivor who went through the house. With the work of the National Commission of Truth others information are appearing, primarily based on testimony from former military personnel involved with the dictatorial regime, which put the issue on the agenda in society. The republican period of this city (includes the dictatorship times) is ignored by “official” and local historiography, overvaluation the times of the Empire (by which the city is known as an “Imperial City”). Rescue the history of the House of Death is, at the same time, understand the hidden past of a city and consolidate in the local and national memory the events occurred there, seeking non-repetition of typical practices of the dictatorship, which institutionalized the violations of human rights during over two decades.

Keywords: House of Death; military dictatorship; history and memory.

Introdução

No cinquentenário do Golpe de 1964, momento inaugural da ditadura militar que durou mais de duas décadas, a sociedade brasileira ainda tenta se libertar das heranças do período, que persistem em permanecer na História. Entre as diversas iniciativas, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) proporcionou um espaço de esclarecimentos, reflexões e disputas, nas quais uma, a Casa da Morte, ganhou destaque em abril de 2014, após o estranho assassinato de Paulo Malhões, extorturador do regime, que havia aceitado colaborar com a comissão por meio de depoimentos que trouxeram mais informações sobre este centro clandestino de torturas também conhecido como “Codão” (GASPARI, 2002, p. 389), alvo do presente artigo.

O fato desse “aparelho” estar localizado em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, entra em choque direto com a tradicional imagem construída sobre o município

enquanto “Cidade Imperial”,² na qual o saudosismo diante dos tempos da monarquia ofusca a história da cidade no que concerne ao período republicano. Tal tendência foi responsável por uma construção memorialística de caráter aristocrático e conservador, concebida sob uma perspectiva histórica tipicamente positivista, centrada na figura de grandes nomes (no caso, os membros da Família Imperial, principalmente dom Pedro II, responsável por herdar a Fazenda do Córrego Seco de seu pai, dom Pedro I, e concretizar a construção de um palácio de veraneio na região, por conta do clima considerado ameno, e a posterior fundação da cidade).

Portanto, a revelação da existência da Casa da Morte cumpre papel dual: ao mesmo tempo em que permite o rompimento com essa tradição idólatra sobre a história de Petrópolis, potencializa a desmistificação do regime através do conhecimento dos métodos usados durante a ditadura militar. O trabalho que se segue está dividido em três partes antes da conclusão (breve contextualização do regime militar e o aparecimento da casa como necessidade inerente ao mesmo; discussão sobre a Casa da Morte em si, cruzando as poucas, porém diversas, fontes disponíveis; e a relação entre História, memória e democracia no caso em questão) e possui como objetivo discutir as implicações memorialísticas da existência desse centro de torturas tanto a nível municipal quanto nacional, tendo a compreensão de que, apesar de se realizarem de maneiras distintas em ambas as esferas, possuem o caráter democrático como ponto de interseção.

O Golpe de 1964 e o regime militar

Durante a presidência de João Goulart, a classe trabalhadora, acompanhada por camponeses e setores progressistas das camadas médias (frações das Forças Armadas, estudantes, artistas e demais intelectuais), pautava nas ruas suas reivindicações ao governo do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que lhe tinha como base. O grande eixo unificador desses vários segmentos eram as chamadas “reformas de base”, uma série de proposições de caráter patriótico, democrático e popular defendidas pela esquerda como necessárias para o desenvolvimento do país, e que seriam parcialmente encampadas pelo governo petebista de Jango. Segundo Jacob Gorender:

² Apesar de o título ter se tornado oficial apenas com o decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981.

Não se chegou a um programa único aprovado pelas várias correntes, porém havia pontos de consenso reiterados. Falava-se em reformas econômicas, tributária, administrativa, universitária, urbana. [...] A proposta econômica mais polêmica e rumorosa era a da reforma agrária. Mesmo formulações moderadas suscitavam a reação agressiva da coalizão latifundiária. [...] Apesar da imprecisão e de certa inclinação populista, a ideia das reformas de base correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das camadas médias e do setor nacionalista da burguesia (GORENDER, 1987, p. 50).

Tais propostas ameaçavam o poder da classe dominante empresarial e latifundiária, assim como os interesses do imperialismo. A partir do setor do empresariado nacional umbilicalmente ligado aos Estados Unidos, foi promovida uma grande campanha de desestabilização, com vista a atingir o governo de Goulart. Processo no qual a obra de René Dreifuss se tornou referência ao demonstrar no livro *1964, a conquista do Estado* (1981) como tal empreitada foi desencadeada através de duas entidades, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que, através de grandes meios de comunicação, mandatos políticos, igrejas, oficialato etc., arregimentaram vastos segmentos das camadas médias conservadoras, culminando com a ofensiva golpista do 1º de abril de 1964.

[...] a elite orgânica do novo bloco de poder desestruturou o regime estabelecido para assumir o controle do Estado. [...] A capacidade de liderança dos poderes multinacionais e associados foi demonstrada através de sua habilidade para incitar uma grande variedade de setores contra o regime e as classes subordinadas, tanto encoberta quanto abertamente (DREIFUSS, 1981, p. 482-483).

A forma golpista pela qual este bloco político conquistou o Estado em 1964 tornou difícil sua legitimação diante dos setores subalternos, o que, naturalmente, levou tais grupos ao enfrentamento direto, aguçando ainda mais as contendas existentes. Para

se manter no poder, essa fração da burguesia brasileira associada ao capital externo precisou montar um aparato repressivo eficiente, que, diante das próprias contradições oriundas da necessidade de se legitimar como representante da sociedade – ou seja, manter uma aparência democrática para a ditadura (SANTOS, 1993, p. 123) –, teve como suplementos necessários mecanismos ilegais dentro do sistema oficial do regime, conforme demonstrado no livro *Brasil: nunca mais* (1986), compilação do famoso projeto do mesmo nome, no qual aparece arrolada uma série de imóveis (não registrados oficialmente) que teriam sido utilizados como centros de tortura e execução de adversários da ditadura, entre eles a Casa da Morte.

Segundo o “Relatório preliminar sobre a Casa da Morte de Petrópolis” da CNV (2014, p. 7), o local foi concebido em decorrência da morte (por conta das torturas sofridas) do deputado Rubens Paiva, em 21 de janeiro de 1971, no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do I Exército. Na época, o CIE (Centro de Informações do Exército) atuava nas dependências do DOI-Codi, que, por sua vez, compartilhava das mesmas instalações da Polícia do Exército no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. A morte de Paiva teria causado desentendimentos entre o DOI-Codi, a PE e o CIE, por conta dos métodos usados e do vazamento de informações referentes ao caso. A necessidade de transferência do local de atuação dos agentes das Forças Armadas que utilizavam meios ilegais, como a tortura, para locais desassociados das dependências militares, onde estes poderiam agir de maneira mais reservada e sem nenhuma suspeição, fez com que fosse organizado o centro clandestino em Petrópolis logo após o falecimento de Paiva, como o coronel reformado Paulo Malhães³ veio a assumir em depoimentos às comissões Nacional e Estadual da Verdade.

³ Paulo Malhães foi agente do CIE. Contribuiu em depoimentos junto à Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, externando informações relevantes à época da ditadura militar no Brasil. Relatou ao jornal *O Globo* (21 de março de 2014) ter sido o responsável por se desfazer dos restos mortais do deputado Rubens Paiva, além de mencionar a Casa da Morte de Petrópolis e as técnicas de ocultamento de cadáveres, que consistiam, segundo ele, em retirar as arcadas dentárias e pontas dos dedos dos corpos para não permitir o reconhecimento dos mesmos, caso estes viessem a ser encontrados, jogando-os em seguida no mar ou em rios. Na manhã do dia 25 de abril de 2014, foi encontrado morto no sítio em Nova Iguaçu (RJ) onde residia, após o local ter sido invadido por alguns indivíduos que o assaltaram. As investigações sobre o seu assassinato trabalham, entre outras, com a hipótese de “queima de arquivo”. Após o homicídio de Malhães, as consequentes investigações policiais contribuíram com a elucidação de alguns fatos. Segundo matéria publicada pelo *Portal UOL*, no dia 19 de maio de 2014, informações ligavam José Antônio Nogueira Belhan, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Souza e Jacy Ochsendorf e Souza à morte de Rubens Paiva. No dia 26 de maio de 2014, a Justiça Federal acolheu a denúncia do Ministério Público Federal sobre estes militares, considerando que os mesmos não se enquadravam na Lei da Anistia. Ainda em função do desdobramento das investigações do assassinato, a viúva de Paulo Malhães, Cristina Malhães, revelou ao

A Casa da Morte de Petrópolis

A chamada Casa da Morte⁴ foi utilizada pela ditadura empresarial-militar⁵ para torturar e executar presos políticos de todo o país na década de 1970 (provavelmente entre 1971 e 1974, conforme indicam os desaparecimentos e mortes das possíveis vítimas). A história desse “aparelho” foi escrita até hoje, basicamente, por conta de relatos de pessoas envolvidas diretamente com os episódios ocorridos ali, merecendo destaque o depoimento escrito por Inês Etienne Romeu (supostamente a única vítima a sair viva daquele imóvel)⁶ em 1971 e entregue à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em 1979.

Ainda no final do regime, as dificuldades não impediram que Inês (bancária que participou do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em 1971, quando militava na Vanguarda Popular Revolucionária) encontrasse a localização do imóvel no qual havia sido seviciada, já que, durante o tempo em que ficou no cárcere clandestino, escutou os últimos dígitos de um número de telefone (4090) e o nome do suposto dono (Mário), podendo assim utilizar estes dados oito anos depois para chegar até a casa.⁷ Após sair da prisão, Etienne Romeu, junto de um grupo constituído por familiares de desaparecidos políticos, advogados, jornalistas e parlamentares, em visita ao local correspondente às informações guardadas, constatou que o telefone referia-se à residência de número 120 da rua Arthur Barbosa, antiga rua Uruguai (localizada no

jornal *O Dia*, em matéria publicada no dia 6 de maio de 2014, que seu marido havia lhe confidenciado a responsabilidade pelo desaparecimento do corpo de Rubens Paiva (versão dada à imprensa anteriormente, como foi dito, mas que fora negada no depoimento prestado à CNV).

⁴ Localizada em um imóvel, na cidade de Petrópolis, alugado informalmente por Mario Ladders, empresário alemão, ao ex-interventor da ditadura no município, Fernando Ayres da Motta. A partir daí, foi colocado a serviço do CIE. Segundo o mencionado relatório da CNV (p. 20), a concessão, que durou de 1971 a 1978, repercutiu nos tribunais da 3ª Vara Cível de Petrópolis, já que, no final dos anos 1970, Mario Ladders e Fernando Sérgio Ayres da Motta divergiram sobre a permissão de uso da casa. O ex-interventor argumentava que o imóvel teria sido alugado para seu filho, Fernando Eduardo Ayres da Motta, mas Ladders desejava reaver a residência diante da ausência do mesmo. Assim, o empresário alemão teve de pagar uma indenização de 200 mil cruzeiros, vendendo a casa logo em seguida.

⁵ Tornou-se comum o uso do termo “ditadura civil-militar”, no entanto, optou-se no presente trabalho por outra denominação mais precisa: “ditadura empresarial-militar” (que já tem sido utilizada por autores como Demian Melo, Renato Lemos e Virgínia Fontes, membros do grupo de pesquisas “Coletivo Mais Verdade”, o qual vem se dedicando a demonstrar o caráter empresarial do golpe e da ditadura). O termo “civil” é muito vago e ofusca o caráter central do setor da sociedade civil a comandar o golpe e o regime, o grande empresariado.

⁶ O já citado livro *Brasil: nunca mais* (p. 243) relata o caso de outra vítima, Jussara Lins Martins, que acreditou ter sido torturada em Petrópolis durante quatro dias em 1972, mas não entra em detalhes sobre a possibilidade de isso ter ocorrido na Casa da Morte ou em outro local.

⁷ Contando com a ajuda de sua irmã, Lúcia Romeu, do jornalista Antônio Henrique Lago e de Sérgio Ferreira (primo de Beto, ex-companheiro de guerrilha de Etienne).

bairro Caxambú), identificando, porém, a casa vizinha (nº 668)⁸ como o local em que, bem como outros presos políticos, havia sido torturada. Etienne reconheceu também o dono de ambos os imóveis, Mário Ladders, como alguém que estivera presente durante seu encarceramento ilegal, levando o mesmo a assumir, após tergiversar, que se lembrava de Inês.

No depoimento à OAB, registrado antes da visita ao município de Petrópolis, Etienne Romeu relatou todo o calvário do qual foi vítima entre sua captura pela equipe do delegado Sérgio Fleury, no dia 5 de maio de 1971, e a saída da Casa da Morte para um hospital cerca de cem dias depois (e posteriormente para a prisão onde permaneceu até 1979). No tempo em que passou no imóvel a bancária sofreu diversas formas de tortura.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou estrangulá-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. [...] Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades (OAB, 1979, p. 6-8).

Na casa, ficou sabendo da prisão, tortura e execução de figuras importantes da esquerda brasileira, como Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto (uma das lideranças da VAR Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária).⁹ Sua libertação só foi possível porque fingia concordar em atuar como espiã para entregar os remanescentes da luta armada, obtendo assim a liberdade vigiada e podendo ir para Belo Horizonte, local de

⁸ Hoje identificada com a numeração 50 e propriedade de Renato Firmento de Noronha, que teria comprado a mesma de Ladders.

⁹ A VAR-Palmares nasceu em 1969 como resultado da fusão de duas organizações que optaram pela luta armada, Colina (Comando de Libertação Nacional) e VPR. Entretanto, no mesmo ano, a VAR sofreu uma divisão, oriunda tanto dos militantes da ex-VPR quanto da ex-Colina, e esse novo grupo decidiu resgatar o nome VPR. Inês havia sido companheira de Beto na Colina e no pouco tempo que permaneceu na VAR-Palmares, porém, quando surgiu a nova VPR, Etienne ingressou na organização, enquanto Beto continuou dirigente da VAR.

moradia de sua família. Porém, antes mesmo de embarcar para Minas Gerais, Inês, temendo que o acordo fosse apenas uma forma de dissimular seu assassinato, arriscou suicídio (como já havia tentado algumas vezes desde que fora presa) cortando os pulsos e se arrependendo de imediato, o que a levou a chamar socorro, tendo a perspectiva de legar à posteridade tudo o que viu e sofreu. Após contato com a família, Etienne foi internada em 12 de agosto de 1971 na Clínica Pinel e depois na Casa de Saúde Santa Maria, onde escreveu o relato que seria entregue à OAB em 1979. Mesmo com o episódio, os agentes da repressão mantiveram o acordo, jamais concretizado por Etienne Romeu, que, por sua vez, se entregou às autoridades militares “legais” para ser julgada e condenada dentro dos trâmites oficiais da ditadura.

Conforme publicou *O Globo* em 23 de junho de 2012, Inês sofreu, em 2003, um misterioso acidente na sua própria residência (tendo-lhe causado traumatismo cranioencefálico), o que não a impede de contribuir com as investigações até hoje. Este jornal, através dos depoimentos da ex-militante, reproduziu como seria a Casa da Morte: no final da rua Arthur Barbosa não havia comércio nem vizinhança próxima, apenas dois imóveis da propriedade de Ladders, o principal, de número 120, era seu local de moradia, já a outra casa, de número 668, a que foi cedida ao CIE. Esta possuía dez cômodos (três quartos, três banheiros, sala, copa, despensa e cozinha) e a garagem.¹⁰

Na versão do ex-tenente médico e psicanalista Amílcar Lobo, que visitou a Casa da Morte diversas vezes para tratar dos presos políticos que ali se encontravam (tendo sido acusado pela ex-bancária de ser um colaborador da equipe de torturas, o que negou), ninguém saía vivo do local, sendo inclusive os corpos enterrados no mesmo terreno (LOBO, 1989, p. 71). Ainda de acordo com Lobo, o próprio ministro do Exército, general Orlando Geisel, havia ordenado a política posta em prática no “aparelho”.

Já Marival Dias Chaves do Canto, sargento reformado e ex-agente dos órgãos de informação do regime militar, relatou à CNV (em 30 de outubro de 2012) que cerca de cem presos políticos teriam passado pela Casa da Morte (contrariando a maior parte das estimativas que apontavam cerca de vinte vítimas). Ao falar à revista *Veja* em 1992 (18 de novembro), Marival explanou sobre a história e o funcionamento da casa. De acordo com o sargento, o “aparelho” clandestino tinha sede inicialmente em São Conrado, no

¹⁰ Já no livro *Sem vestígios* (MORAIS, 2008, p. 174-175) são descritos, em 1974, um porão sob a sala principal e um cômodo isolado, separado por um pátio. De acordo com o relatório preliminar da CNV (p. 21), uma equipe de peritos ligados à Comissão realizou vistoria no imóvel, sendo, porém, impedida pelo atual proprietário de fazer registros visuais do interior da casa.

Rio de Janeiro, mas por questões de segurança havia sido transferido para Petrópolis no início da década de 1970. A execução dos militantes era um trabalho executado com extremo profissionalismo, já que tudo era feito para que o corpo não fosse achado (e, caso acontecesse, não identificado), sendo comum a mutilação de cadáveres. De acordo com Marival, outra importante liderança da esquerda brasileira vitimada no local teria sido David Capistrano da Costa, membro do Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro). As histórias apresentadas por Tais Morais no livro *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da Ditadura Militar* (MORAIS, 2008, p. 172-177) e por Cláudio Guerra em *Memórias de uma guerra suja* (GUERRA, 2012, p. 57) confirmam o assassinato de Capistrano.

De acordo com Cláudio Guerra (que fora responsável pelo transporte e desaparecimento de pelo menos dez vítimas executadas na casa e em outros órgãos oficiais), os corpos das vítimas teriam sido incinerados no forno da Usina Cambahyba, situada no município de Campos dos Goytacazes (pertencente à família de Heli Ribeiro Gomes, vice-governador do Rio de Janeiro entre 1967 e 1971). No entanto, Guerra relata que antes da usina de Campos começar a ser utilizada para esses fins, os cadáveres tinham outro destino:

Ouvi falar de um cabo que trabalhava lá, o doutor Magno. Ele não só matava e serrava os mortos como punha ácido para acabar com os corpos. Depois os enterrava, sem chances para a perícia conseguir identificá-los. Era o que se falava no serviço. Sabíamos por razão de ofício. Era um meio de destruir o corpo rapidamente.

A Casa de tortura era esta [apontando a foto da Casa da Morte], mas o local onde os corpos eram enterrados não é aqui, pelo menos foi o que me disse o coronel Perdigão, e sim um cemitério clandestino também na estrada para Petrópolis, na serra, próximo a um balneário (Ibidem, p. 60-61).

O já citado Paulo Malhães, que, sob o codinome “Doutor Pablo”, teria sido o responsável pela organização da Casa da Morte, relatou a *O Globo* (24 de junho de 2012) que a principal função do “aparelho” era transformar militantes da esquerda em informantes da repressão (chamados de “cachorros” ou “RX” na linguagem militar), e para isso cada equipe era responsável por lidar com um preso por vez. Em 21 de março

de 2014, em entrevista ao jornal *O Globo*, Malhães também afirmou que a casa do endereço da rua Arthur Barbosa, no bairro do Caxambú, não era o único centro clandestino em Petrópolis, existindo outro no distrito de Itaipava, na beira de um rio utilizado para o abandono dos corpos.

No que se refere ao número de militantes vitimados na Casa da Morte, a lista elaborada pelo MPF (Portaria nº 46, de 15 de maio de 2012) aponta 22 nomes, além da própria Inês Etienne Romeu, enquanto a CNV lida com a possibilidade de 31 mortes. Entre os agentes do regime aparecem cerca de duas dezenas, denunciados por Inês e parcialmente identificados pelas investigações, já que na época utilizavam pseudônimos para esconder as verdadeiras identidades (com os trabalhos da CNV, alguns militares foram fisicamente reconhecidos através de fotos por Etienne, enquanto outros foram descartados).

Democracia, história e memória: além da “Cidade Imperial”

A existência de um “aparelho” de tal magnitude é paradoxal diante da tradicional identidade de “Cidade Imperial”, pela qual Petrópolis é conhecida, já que, além de ressignificar um período temporalmente distante da monarquia brasileira e alvo de pouca atenção pela historiografia local, contradiz o aspecto aristocrático implícito em tal conceito, construído ao longo do tempo em detrimento de outros pontos de destaque na história do município.¹¹ A imagem de “Cidade Imperial” foi um produto, escolhido dentre outros possíveis (tendo ou não consciência disso os responsáveis, principalmente o poder público e os historiadores locais), que precisa ser repensado diante das novas informações, pois, conforme disse o historiador inglês Eric Hobsbawm (2005, p. 221), “a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável”.

¹¹ O livro de Paulo Machado, *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial* (2008), além das críticas ao mito de “Cidade Imperial”, apresenta a inconsistência do mesmo diante dos fatos históricos abordados na obra, as lutas operárias e antifascistas da ALN (Aliança Nacional Libertadora) no município durante os anos 1930. Outros pontos da história de Petrópolis relacionados à ditadura militar que continuam esquecidos (e talvez possam revelar um complexo maior no qual a Casa da Morte seria apenas um dos elementos) são as reuniões que planejaram o golpe (DREIFUSS, 1981. p. 406) desde 1962 (com a participação do próprio general Amaury Krueel, principal homem de confiança de Jango nas Forças Armadas, que supostamente só teria lhe traído no dia do golpe em troca de milhares de dólares) e a homenagem feita pela Câmara de Vereadores a um dos maiores torturadores dos EUA na América Latina, Dan Mitrioni, na qual, através da deliberação n.º 2.916, de 24 de setembro de 1970 (projeto 664/70 do vereador Paulo Ribeiro), modificou o nome de uma rua na av. Barão do Rio Branco, justificando tal medida pela suposta amizade entre Mitrioni e pessoas do município, além de citar em abstrato atividades não reveladas deste agente em Petrópolis (homenagem revogada apenas na década de 1990).

A importância do imóvel em questão para o aparato repressivo da ditadura empresarial-militar faz com que sua história tenha valor nacional e até mesmo internacional, pois é de interesse geral da humanidade que as barbaridades ocorridas ali, as quais simbolizam bem o terror das ditaduras militares vividas no resto do continente, jamais venham a se repetir. Portanto, é imprescindível que tal evento não caia no esquecimento, já que, até hoje, o Estado mantém diversas práticas autoritárias típicas do regime, inclusive dificultando as investigações sobre a Casa da Morte. Dois casos exemplificam a situação: o desaparecimento de vários documentos do período do regime militar em Petrópolis (denunciado pelo jornal *O Globo* em 26 de junho de 2012)¹² e as dificuldades do promotor da Justiça Militar, Otávio Bravo, em conseguir informações da casa junto às Forças Armadas (conforme publicado pelo mesmo jornal em 2 de março de 2012).

O eixo principal desse necessário resgate da história referente à Casa da Morte se dá, atualmente, através da luta pela criação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça no imóvel em que o “aparelho” funcionou, já que um local de memória não deixaria que esse triste episódio da história latino-americana fosse apagado, tornando-se um elemento concreto de reflexão coletiva. A campanha, iniciada no final de 2010 pelo CDDH (Centro de Defesa de Direitos Humanos), estando em sintonia com a diretriz 24 (“Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade”) do PNDH 3 (Plano Nacional de Direitos Humanos), contou com a difusão através de uma peça de teatro (*O trombone e o fuzil*) escrita e encenada por, entre outros, Sílvio Costa Filho e Pita Cavalcanti, e ganhou as ruas através das atividades do CPL (Comitê Petrópolis em Luta). Entidades como a OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Partido dos Trabalhadores do município (que defende a criação de uma Comissão Municipal da Verdade)¹³ têm prestado apoio à luta, que já resultou na assinatura de um decreto municipal autorizando a desapropriação (Diário Oficial de Petrópolis, nº 016027/12, do

¹² Uma equipe de pesquisadores da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, enviada ao município no primeiro semestre de 2012, identificou: a) o desaparecimento de boletins de ocorrência da extinta 67ª Delegacia de Polícia da cidade envolvendo mortes violentas entre 1973 e 1978; b) o sumiço de livros do Instituto Médico-Legal municipal com registros de óbitos e enterros entre 1970 e 1974; c) a escassez de documentos sobre mortes ocorridas nos períodos 70-72 e 79-80. Parte do arquivo da DP foi entregue ao Museu Imperial e é constituído por oitenta caixas contendo informações do SNI (Serviço Nacional de Informação), boletins e dados sobre militantes. A Comissão ainda identificou possível queima de documentos.

¹³ Um ponto, entre outros, que precisa ser esclarecido é a suposta relação da Casa da Morte com nazistas, levantada, em entrevista ao *Portal UOL* no dia 25 de março de 2014, pela integrante da CNV, Rosa Cardoso. Hipótese que corresponde à presença maciça de fascistas no município durante a década de 1930 (MACHADO, 2008).

expediente de 21 de novembro de 2012), dependendo da liberação das verbas por parte do poder público para indenizar o atual proprietário.

Conclusão

A imposição pela força de um governo ditatorial para a manutenção do poder das classes dominantes brasileiras resultou em um período de 21 anos (1964-1985) de retrocesso político, no qual nem mesmo uma legislação draconiana foi capaz de satisfazer as necessidades repressivas da burguesia instalada no poder, tornando necessária a criação de instrumentos ilegais alternativos ao sistema oficial. Todas as informações disponíveis indicam que o imóvel localizado em Petrópolis, a Casa da Morte, tenha se destacado entre os aparatos clandestinos da ditadura empresarial-militar. O cruzamento dos relatos, ainda que com divergências pontuais, não deixa dúvida de que a Casa da Morte foi um centro utilizado pela repressão para a tortura e a execução de presos políticos considerados “importantes”, o que torna o resgate do que ocorreu neste “aparelho” parte imprescindível da reconstrução da história do próprio regime militar em nível nacional e da ressignificação da história da cidade de Petrópolis como um todo, tendo como norte a consolidação de tradições verdadeiramente democráticas e em sintonia com os direitos mais elementares da humanidade.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Hanrikson de. MPF acha provas na casa de Malhães e denuncia cinco por morte de Rubens Paiva. *Portal UOL*, 19 mai. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/19/mpf-acha-provas-na-casa-de-malhaes-e-denuncia-5-por-morte-de-rubens-paiva.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARROS, Jorge Antonio. Lobo dá nomes de militares torturadores do DOI-Codi. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1986, p. 18.

BORGES, Bruna. Ditadura tinha vínculo com nazistas, diz integrante da Comissão da Verdade. *Portal UOL*, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/25/ditadura-tinha-vinculos-com-nazistas-diz-integrante-da-comissao-da-verdade.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CANTO, Marival Dias Chaves. Autópsia da sombra. *Veja*, 18 nov. 1992. Entrevista.

CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE – RJ. *Nota da Comissão da Verdade do Rio sobre o assassinato do coronel Paulo Malhães*. Disponível em: < <http://www.cev-rio.org.br/destaque/nota-da-comissao-da-verdade-do-rio-sobre-o-assassinato-do-coronel-paulo-malhaes/>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Apresentação sobre mortos e desaparecidos na Casa da Morte*. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/mortos_desaparecidos.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Apresentação sobre torturadores e carcereiros identificados por Inês Etienne Romeu ante a Comissão Nacional da Verdade em 15/03/2014*. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/torturadores_carcereiros.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Nota oficial sobre a morte do coronel Paulo Malhães*. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/477-nota-oficial-sobre-a-morte-do-coronel-paulo-malhaes>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório preliminar de pesquisa sobre a Casa da Morte de Petrópolis*. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/Versao_final_-_Casa_da_Morte_-_relatorio_preliminar_revisado.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CONSTÂNCIA, Andreia. Casa da Morte em Petrópolis, RJ, teria recebido mais de 100 pessoas. *Portal G1*, 2 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/11/casa-da-morte-em-petropolis-rj-teria-recebido-mais-de-100-pessoas.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DREIFUSS, René. *1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Petrópolis: Paulo Henrique Machado, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Portaria n.º 46, de 15 de maio de 2012.

MORAIS, Taís. *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Processo n.º F-CDH-017/80. Rio de Janeiro: Conselho Federal – Comissão de Direitos Humanos, 1979.

OTÁVIO, Chico. Vítimas da Casa da Morte foram jogadas dentro de rio, diz coronel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____; HERDY, Thiago. Descoberto, algoz de amigo de Dilma reluta em revelar segredos do pior centro de torturas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/descoberto-algoz-de-amigo-de-dilma-reluta-em-revelar-segredos-do-pior-centro-de-torturas-2823869>>. Acesso em: 6 out. 2012.

_____; PIVA, Juliana Dal; REMÍGIO, Marcelo. Arquivos sobre mortes na ditadura somem em Petrópolis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/arquivos-sobre-mortes-na-ditadura-somem-em-petropolis-5316023>>. Acesso em: 6 out. 2012.

_____. Torturador conta rotina da Casa da Morte em Petrópolis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>>. Acesso em: 6 out. 2012.

_____. Única sobrevivente da Casa da Morte relata tortura, estupro e humilhação. *O Globo*, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/unica-sobrevivente-da-casa-da-morte-relata-tortura-estupro-humilhacao-5300325>>. Acesso em: 5 out. 2012.

OTAVIO, Chico; REMÍGIO, Marcelo. Casa da Morte: Investigações revelam nomes de cinco agentes que atuaram em torturas. *O Globo*, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/casa-da-morte-investigacoes-revelam-nomes-de-cinco-agentes-que-atuaram-em-torturas-11896556>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

PIVA, Juliana Dal. Corpo de Rubens Paiva foi jogado em rio, diz viúva. *Portal O Dia*, 6 mai. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-06/corpo-de-rubens-paiva-foi-jogado-em-rio-diz-viuv.html>>. Acesso em: 28 mai. 2014

RENATO, Cláudio; LEITÃO, Miriam. Procurador reabre casos de desaparecidos na ditadura. *O Globo*, 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/procurador-reabre-casos-de-desaparecidos-na-ditadura-4120831>>. Acesso em: 28 set. 2012.

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da Colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VALLE, Diego Fernandes do. *A tortura no regime militar: a “Casa da Morte” de Petrópolis*. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Católica de Petrópolis, 2013.

_____. *Comissão Nacional da Verdade ouve Marival Chaves, ex-analista do DOI-Codi*. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/noticias/30-10-2012-2013-comissao-nacional-da-verdade-ouve-marival-chaves-ex-analista-do-doi-codi>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Justiça recebe denúncia contra cinco militares pela morte de Rubens Paiva. *Portal G1*, 25 mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/justica-recebe-denuncia-contra-cinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva.html>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

_____. Prisão clandestina pertencia a estrangeiro. *O Globo*, 23 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/prisao-clandestina-pertencia-estrangeiro-5300341>>. Acesso em: 15 set. 2012.